

SOBRE SER FACILITADOR DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

ABOUT BEING A RESTORATIVE JUSTICE FACILITATOR

Petronella Maria Boonen*

RESUMO

Enquanto educadora popular, instrutora e facilitadora de justiça restaurativa, exponho reflexões sobre alguns tópicos referentes ao ofício de ser facilitador que vão muito além do conhecimento de diversas metodologias. Ser facilitador propicia um alargamento da compreensão de ser uma presença diferenciada, por andar na contramão da cultura hegemônica na qual reinam a comparação, dominação, pressão e competição. De acordo com minha experiência, ser facilitador é responder a um convite interno e externo de, cada vez mais, refinar sua comunicação e elaborar intervenções inclusivas, compreensivas e compassivas e, portanto, não violentas. Os tópicos tratam do tempo ao cuidado, das perguntas e do ambiente seguro à coragem de tocar a dor, do esvaziamento à ausência de julgamento, do Eu verdadeiro ao enraizamento. Seu valor depende da relação dialética de cada leitor com o mundo e com seus interlocutores.

Palavras-chaves: Justiça Restaurativa. Eu Verdadeiro. Ser facilitador. Habilidades.

ABSTRACT

As a popular educator, instructor and facilitator of restorative justice, I would like to reflect on some topics relating to the being a facilitator, which goes far beyond knowledge of different methodologies. Being a facilitator allows us to broaden our understanding of being a differentiated presence, because it goes against the hegemonic culture in which comparison, domination, pressure and competition reign. According to my experience, being a facilitator means responding to an internal and external invitation to increasingly refine your communication and develop inclusive, understanding and compassionate, and therefore non-violent, interventions. The topics range from time to care, from questions and a safe environment to the courage to touch pain, from empty to non-judgement, from the True Self to rootedness. Their value depends on each reader's dialectical relationship with the world and their interlocutors.

Keywords: Restorative Justice. True Self. Skills. Being facilitator.

Recebido: 03/12/2024 Aceito: 02/06/2025

INTRODUÇÃO

Ser facilitador de justiça restaurativa vai muito além de conhecer diversas metodologias. Ser facilitador propicia um alargamento da compreensão de se tratar de uma presença diferenciada, por andar na contramão da cultura hegemônica na qual reina a comparação, dominação e competição. De

* Doutora e Mestra em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo, com tese sobre Justiça Restaurativa. Especialização em Mediação de Conflitos pela Puc - São Paulo. Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais. Co-fundadora da linha Perdão e Justiça Restaurativa do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de São Paulo, Brasil onde atua. Conferencista e assessora em temas relacionados a conflitos, cultura de paz, habilidades emocionais, perdão e Justiça Restaurativa.

acordo com minha experiência, ser facilitador é responder a um convite interno e externo de, cada vez mais, refinar a comunicação e elaborar intervenções inclusivas, compreensivas e compassivas.

Assim sendo, inicio minhas reflexões sobre as qualidades desejadas para uma pessoa que facilita encontros restaurativos, com algumas afirmações de Jacqueline Morineau (2005, p.29-30):

Não é possível reduzir a mediação a uma reparação. Ela ultrapassa a reparação material, porque mesmo em conflitos menores é importante refazer a dignidade atingida pelos insultos ou pela porta quebrada. Cada pessoa, na maioria dos casos inconscientemente, busca um reconhecimento, mas poucos sabem disso.

O que se aplica aos principais participantes dos processos de mediação de conflitos se aplica também aos mediadores/facilitadores. Qual seu objetivo em ajudar outras pessoas a encontrar saídas para seus problemas?

A real motivação, pouco a pouco, vai aparecendo na medida em que, nos processos formativos mais profundos, quando, ultrapassando a ilusão de querer ajudar os outros, é possível se encontrar. É possível perceber que também a própria pessoa que facilita está em busca de se encontrar.

Somente é possível comunicar com outros quando a autocomunicação é possível.

A mediação nasce do profundo desejo de as pessoas se encontrarem, por meio de conflitos, de combates que cada pessoa trava, não somente com outras, mas também consigo mesma e de confrontar-se com as questões fundamentais da vida.

Estar em conflito faz parte da vida e não é nem bom nem mal. Estar em conflito é um fato, e precisamos aprender a transformar esta situação de ruptura entre pessoas, grupos, países e dentro de si mesmo.

O ser facilitador tem muito a ver com o próprio ser gente, ser pessoa, com suas experiências, habilidades, dores, seus padrões mentais, traumas, suas expectativas e, principalmente, seu propósito de contribuir para a construção de relações justas. Tudo isso expressa também algumas de minhas próprias buscas enquanto facilitadora de diálogos, em situações menos ou mais difíceis, e enquanto instrutora de práticas restaurativas.

Considerando essa minha caminhada, passo a elencar alguns pontos que me parecem importantes para quem facilita procedimentos de justiça restaurativa.

TEMPO

Inauguro com o Tempo, referindo-me menos ao tempo cronológico e mais aos tempos biológicos e psíquicos. Administrar os tempos da restauração pede uma escuta fina, a começar pela escuta de si mesmo, enquanto facilitador do procedimento.

Há que se respeitar o tempo do corpo e da mente, pois o facilitador precisa assimilar depoimentos difíceis, muitas vezes em situações complexas; precisa criar roteiros dos encontros e elaborar boas perguntas; precisa estar disponível para atender os envolvidos, quando necessário.

Há o tempo dos protagonistas do conflito, que precisam elaborar os acontecimentos, arquitetar suas interpretações; precisam se organizar em relação às perguntas a eles formuladas, combinando-as com suas necessidades, expectativas e perspectivas de restauração, em diálogo com as expectativas dos outros.

Existe também o tempo da rede interna do judiciário, com seus fluxos, suas agendas administrativas e com suas pilhas de processos. Talvez essa menção às pilhas de processos seja de outro tempo, tendo em vista, hoje, a digitalização dos processos; contudo, embora a digitalização contenha

a proposta de agilizar a administração burocrática dos processos, a efetiva redução do tempo de prestação ainda não se tornou perceptível aos que precisam, urgentemente, do serviço da justiça.

Há, ainda, o tempo da rede de garantia de direitos, frequentemente com agendas atoladas, recursos ínfimos e sobrecarga de tarefas. As injustiças estruturais só podem ser atendidas com a participação dessa rede, que tem o dever de garantir direitos e justiça, participação essa que, com as políticas neoliberais de desmonte do estado, torna-se cada vez mais ineficiente.

E, por fim, existe o tempo, no sentido de perspectiva, que define a atuação da justiça restaurativa, que é o futuro. Essa visão é diferente daquela comum ao sistema de justiça que chamamos de tradicional: as intervenções restaurativas são definidas não para, principalmente, responder a um ato do passado, mas, para construir respostas com vistas a um futuro de paz duradora.

Portanto, para a pessoa que facilita, essa perspectiva do tempo é inconfundível - é o futuro que orienta grande parte do procedimento, inclusive os tipos de perguntas a serem formuladas. Isso não quer dizer, no entanto, que o passado não precisa ser aprofundado. Em um dos pontos seguintes debruçar-me-ei sobre a questão do passado nos procedimentos restaurativos.

PERGUNTAS

Em nossa cultura, normalmente preza-se a pessoa pelo que ela sabe, por sua capacidade de dar repostas, tomar decisões e pelo brilho de sua inteligência. Mas a justiça restaurativa se orienta por outra lógica. Quem faz as interações sabe que nada sabe da situação de que se trata. Portanto, precisa se aproximar dela por meio de boas perguntas, com interesse e curiosidade genuínas. Boas perguntas levam os interlocutores à reflexão e, assim, ampliam seu entendimento sobre os fatos e sobre as possíveis motivações e razões de todas as pessoas envolvidas.

Perguntar, do latim¹ *percontari*, significa literalmente “sondar a profundidade da água durante a navegação”. Lançar perguntas não é algo semelhante a sondar as águas, por vezes turvas, para obter informações capazes de elucidar e ampliar conhecimento e discernir possibilidades de caminhos?

Boas perguntas despertam reflexões e a criatividade individual e coletiva, abrindo novas perspectivas para situações que, a princípio, poderiam parecer sem saída. Nesse sentido, as perguntas estão a serviço, não da pessoa que as faz, mas daqueles a quem estão sendo dirigidas.

Essa inversão, de oferecer perguntas a serviço de quem as responde, surge a partir de uma reorientação do fazer profissional, pois os protagonistas da justiça restaurativa são as partes envolvidas. Deste modo, quem facilita tem um papel importante, mas secundário, uma vez que sua função é ajudar os protagonistas em sua busca de caminhos para sair de seu labirinto. Assim é que o facilitador não produz resultados e não antecipa repostas. Impregnado pela humildade, oferece perguntas, para auxiliar os sujeitos na construção de sua trajetória.

Paulo Freire afirma que a curiosidade epistemológica é uma necessidade ontológica que caracteriza o processo de criação e recriação da existência humana. Aplicando o ensinamento de Freire ao processo restaurativo, podemos inferir a necessidade de que o facilitador se aproxime da experiência de vida das pessoas que desencadearam respostas violentas e ofensivas e chegaram a tomar essa ou aquela atitude que causou dano. O sucesso na formulação de boas perguntas será tanto maior quanto mais conseguirmos nos lembrar de que, atrás das histórias dos envolvidos, sempre há necessidades não atendidas.

¹ <https://origemdapalavra.com.br/palavras/pergunta/>

Para Freire (1985, p.27)

A existência humana é, porque se fez perguntando, à raiz da transformação do mundo. Há uma radicalidade na existência, que é a radicalidade do ato de perguntar. Exatamente, quando uma pessoa perde a capacidade de assombrar-se, se burocratiza.

Me parece importante observar como há uma relação indubitável entre assombro e pergunta, risco e existência. Radicalmente, a existência humana implica assombro, pergunta e risco. E, por tudo isso, implica ação, transformação. A burocratização implica a adaptação, portanto, com um mínimo de risco, com nenhum assombro e sem perguntas. Então a pedagogia da resposta é uma pedagogia da adaptação e não da criatividade. Não estimula o risco da invenção e da reinvenção. Para mim, negar o risco é a melhor maneira que se tem de negar a própria existência humana.

Logo, ser facilitador é assumir riscos e, praticamente, recorrer a um único instrumental de trabalho, ao longo de todas as etapas do procedimento restaurativo – as perguntas que convidam à reflexão e, assim, permitem a outros criar ou recriar perspectivas e relações.

AUSÊNCIA DE JULGAMENTO

A curiosidade genuína, que pede um interesse verdadeiro, capacita-nos para a abstenção do julgamento, pois julgar já não é preciso. Como já foi abordado no item anterior, essa curiosidade sobre a história de uma pessoa, sobre as vivências que a levaram a certos entendimentos que desencadearam certos comportamentos, vai substituindo gradativamente a necessidade de julgar. Isso porque o fato de aproximar-se dessa pessoa concreta, naquela situação concreta, possibilita uma visão mais ampliada do seu comportamento, a partir da compreensão do conjunto de circunstâncias e do contexto que a orientou de tal forma.

Para compreender a conduta de uma pessoa é preciso escutar sua história que, em muitos casos, mostra que seu comportamento é um pedido de socorro mal formulado, uma busca de aceitação, de reconhecimento e de amor, por caminhos equivocados. Enquanto facilitadores, implicarmos-nos nessa história nos põe em uma trilha que pode nos levar à empatia e à aceitação das contradições inerentes a esse ser humano com quem estamos dialogando. Faz parte dessas contradições, presentes em todos os humanos, tentar satisfazer necessidades utilizando as ferramentas disponíveis e ao alcance naquele determinado momento, mesmo que sejam inadequadas e causem danos aos outros.

Enquanto facilitadores de justiça restaurativa, Muitas vezes nos percebemos julgando atitudes das pessoas com quem interagimos. Desconfio que esse julgamento vem de nossa incapacidade de aceitar o que é. É quase automático nossa prática de comparar, avaliando a realidade com a medida do próprio padrão mental e da própria escala de valores. Consequentemente, rejeitamos como errado, inferior e inválido o que se apresenta como diferente.

Um caminho que nos permite suspender o julgamento é entrar em crise, quando percebemos que não podemos ditar para outras pessoas o que é certo e o que é errado. Esse tipo de crise, segundo Arendt (1997), costuma ser uma oportunidade de dilacerar as fachadas e, se não de extinguir, de pelo menos diminuir os preconceitos. O não julgamento nos será possível na medida em que formos capazes de identificar nossos preconceitos, de tencioná-los e assim abrandar sua intromissão em nosso trabalho de facilitadores.

O desaparecimento de preconceitos significa simplesmente que perdemos as respostas em que nos apoiávamos de ordinário sem querer perceber que originariamente elas constituíam respostas a questões. Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos.

Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela propiciada à reflexão (Arendt, 1997, p.223).

A aceitação da crise e da conseqüente possibilidade de abrir mão de noções preconcebidas, a curiosidade genuína e a ausência de julgamento são fatores que viabilizam um espaço para partilhar, entre humanos, visões, histórias e dores; possibilitam um abrir-se para um nível mais profundo do que a racionalização ou a autodefesa e, ao mesmo tempo, permitem que o facilitador mantenha distante da outra pessoa aquilo que é seu (pré-conhecimentos, preconceitos, prejulgamentos) e que poderia inibir ou perturbar o outro. É exatamente essa distância “[...] de seu objeto que permite dele se aproximar para conhecê-lo e dele falar prudentemente”. (FREIRE, 2001, p.56).

AMBIENTE SEGURO

Esse posicionar-se prudentemente também é necessário para construir um ambiente seguro, que encoraje as pessoas a abrirem mão de seus preconceitos, medos e resistências. Os encontros se iniciam com uma conversa leve, manifestando-se, como já foi explanado acima, um interesse verdadeiro, um querer saber suave da vida da pessoa em questão.

Além de estabelecer conexão, essa conversa inicial permite obter uma ideia da atmosfera relacional, do ambiente socioeconômico e outras informações sobre o contexto em que a pessoa vive.

Pouco a pouco, as questões vão se complexificando e se aproximando dos pontos conflitivos, dos fatos dolorosos e dos desacordos que trouxeram a pessoa para esse encontro. Pouco a pouco, também, é possível que as pessoas acessem seus segredos guardados.

Iniciar com assuntos banais, embora possa ser entendido como perda de tempo, na verdade é um investimento na relação e na criação desse espaço seguro, permitindo que o ser humano reduza suas respostas, aquelas que vêm da região do cérebro que regula as reações inatas frente às ameaças, quais sejam as reações de evitar, brigar ou fugir. O ambiente seguro leva a pessoa às memórias mais difíceis, seja enquanto vítima ou ofensor, seja como pessoa que se sentiu gravemente humilhada. E isso demanda tempo e tato, para que a vergonha e a culpa possam surgir, sem necessidade de fuga ou de ataque.

Segunda a pesquisadora da dignidade, Hicks (2009, p. 107):

Nossa herança evolutiva nos dificultou a admissão de que fizemos um erro ou algo incorreto. A necessidade de aparecer bem diante dos olhos dos demais teve um valor de sobrevivência para nossos primeiros ancestrais. Se eram malvistas, poderiam ser expulsos do clã ou ser forçados a viver solitariamente em um ambiente que ameaçava suas vidas. Como resultado disso, houve a evolução de um comportamento de adaptação para ocultar, mentir e enganar com o fim de não ser malvisto. Hoje fazemos o mesmo. Tornou-se difícil admitir que fizemos algo de errado. Estamos biologicamente predispostos a salvar nossa imagem.

Portanto, aqui reside a função preciosíssima do espaço seguro - permitir acessar e expor o que todos temos, em comum, e que impede ou dificulta nossa autorrevelação: a repulsa diante da ameaça à dignidade, diante de humilhações ou embaraços e o medo diante do julgamento de outrem. Ao mesmo tempo e em conseqüência, a função desse ambiente seguro é possibilitar a superação das respostas mais primitivas e comuns a essas ameaças, e a abertura para a compreensão de que a fuga, o ataque, o fechamento, entre outras reações defensivas ante a possibilidade de ser desclassificado, são desnecessárias nesse espaço e nessa proposta de aproximação da verdade.

Noutras palavras, a função do ambiente seguro é criar e assegurar às partes a possibilidade de assumir o risco de olhar, acolher e falar sobre o próprio lado sombrio e, assim, assumir os próprios atos.

Essa segurança ainda será reforçada pela garantia de que nada daquilo que está sendo conversado será utilizado em qualquer outro momento e, tampouco, num eventual processo judicial, a não ser pela própria voz e vontade daquela pessoa. Além de ser fruto de um intenso trabalho de cada um, sobre si mesmo, a segurança daquele espaço ainda será robustecida com cuidados especiais aos aspectos estruturais, como veremos mais à frente.

CORAGEM DE TOCAR A DOR

Amparada por um espaço seguro e motivada por perguntas reflexivas, a pessoa pode abordar questões tensas e dolorosas. Coragem de tocar a dor é uma qualidade necessária ao facilitador, pois, na origem das questões que pedem restauração, existem divergências e desacordos, conflitos e violências que normalmente geram tensões.

Voltar para essas situações, muitas vezes, desperta dor, emoções e sentimentos muito fortes, sensações de impotência e raiva, e, possivelmente, desejo de vingança. Portanto, ser capaz de tocar a própria dor e a de terceiros pede um alinhamento interior de quem facilita. Esse alinhamento possibilita a manutenção de equidistância em relação a cada uma das pessoas participantes, a multiparcialidade e, ao mesmo tempo, detém a demonstração de preferências de umas em detrimento de outras pessoas. É o alinhamento interior do facilitador que, também, evita repulsas em relação às histórias que essas pessoas viveram e suas ações.

O trecho de Morineau, citado inicialmente, sobre somente ser possível comunicar com os outros quando a autocomunicação é possível confirma a necessidade de uma boa integração pessoal - consciência de suas habilidades, competências, debilidades e hábitos; conexão com o próprio corpo, de modo a saber ler seus sinais, além de total consciência da própria violência. Nessa linha de argumentação, Morineau (2016, p.50) segue:

A especificidade da mediação é antes de tudo o aprendizado do encontro consigo mesmo; a violência pertence a cada um de nós de várias formas, muitas vezes mascaradas. Para se tornar um mediador e enfrentar a violência dos outros, é necessário primeiro encontrar a própria violência. Negá-la é deixá-la se desenvolver; reconhecê-la, ao contrário, é ousar penetrar nas profundezas de nossas sombras e buscar os recursos para transformá-la.

Embora em relação ao tempo eu tenha dito que a justiça restaurativa trata de construir uma possibilidade para o futuro, é certo que, para se chegar a essa construção, faz-se necessário desenterrar questões, situações e emoções do passado, a fim de identificar e entender as causas que provocaram a ruptura cujas raízes, possivelmente, estejam em um passado longínquo.

Para voltar a esse passado doloroso, às vezes é imprescindível desmontar camadas e camadas de mecanismos de defesa, cuja função é evitar a dor. Isso porque é, precisamente, pelo caminho da inevitável dor de descobrir as causas que se encontra a possibilidade de reparação e pacificação, além de restauração com vistas ao futuro. O percurso desse delicado caminho se torna tanto mais fácil, quanto maior for o autoconhecimento da pessoa que facilita.

Aqui se pode fazer mais uma vez a ligação com a preservação da autoimagem citada acima. Aceitar a dor e tocá-la, seja a própria ou a dos outros, é um movimento que vai em direção contrária de nossa evolução humana. Em vez de tomar consciência de nós mesmos, das causas de nossas violências, o instinto de sobrevivência nos predispõe a focar nossa atenção na eliminação da fonte que

ameaça nosso bem-estar. Nossa perspectiva se estreita como se olhássemos a realidade através de um canudo, bloqueando qualquer outra informação que nos pudesse distrair do propósito de auto-preservação (HICKS, 2009). Só por meio de uma tomada de consciência, um real conhecimento de nós mesmos é que podemos inverter esse movimento de fuga de nossa própria essência.

ESVAZIAMENTO

A abordagem da dor e da violência dos outros e da própria exige, portanto, um movimento centrípeto e, para consegui-lo, faz-se necessário o esvaziamento. Esvaziar-se de si para deixar ecoar o próprio grito e também a voz de quem está em nossa frente. Ecoar, ressoar, para que a própria pessoa possa se escutar.

O esvaziamento cria um espaço, um vazio cheio de possibilidades. Frequentemente, pelo medo de não poder controlar esse espaço, esforçamo-nos para preenchê-lo, imprimindo o que é nosso a todos os outros.

Esvaziar-se para visitar o outro é uma tarefa que implica suspender o juízo e, por um momento, a própria visão de mundo, os conceitos morais e religiosos, os próprios valores, de modo a ter espaço para acolher a pessoa do outro com suas visões, crenças, vivências, experiências e valores, possivelmente diferentes dos próprios.

Morineau nos oferece duas ferramentas, o espelho e o silêncio, para esse trabalhar sobre si e com outros. Ela postula que se tornar mediador ou facilitador é, num primeiro momento, um processo de desmitificação: aprender a encontrar o outro por aquilo que ele é e não por aquilo que deveria ser ou representar. O espelho seria a ferramenta ideal para esse momento, por proporcionar que o facilitador retrate as emoções dos protagonistas, permitindo assim que eles se apropriem delas e reflitam a respeito. Contudo, esse espelhar o outro para o outro demanda, primeiro, um olhar de acolhimento para as próprias emoções, de modo a dar-lhes suporte, para, posteriormente, ser capaz de espelhar as emoções dos outros.

A segunda ferramenta, o silêncio, é pouco comum em nossos ambientes e costuma inspirar-nos um tanto de medo. Preenchemos nossa vida com barulho das mais diversas classes, pois temos pavor do vazio. Nossa vida está cheia de angústias e fazemos de tudo, inclusive muito barulho, para não as encontrar. Na contramão desse barulho e dessa fuga, o silêncio é um caminho para deixar aparecer a insurreição que tanto tentamos aplacar dentro de nós, e alcançar um maior esvaziamento para uma melhor escuta.

Segundo Morineau (2005, p.96)

O Silêncio se aprende. O silêncio é a linguagem da alma. Graças ao silêncio, as pessoas se tornam presentes em toda sua experiência humana: esperança e desesperança; alegria e dor; vida e morte. Quando o silêncio encontra seu lugar, o vazio pode ser. Vazio que acolha, vazio enquanto espaço de potencialidade e liberdade. Este vazio estabelece necessariamente uma distância entre mim e o outro, mas também entre o meu eu-externo (o papel que preencho, as máscaras que uso) e o eu-profundo, o eu verdadeiro. O eu-externo perturba nossas relações. Quando o eu-externo silencia, haverá espaço para acolher a pessoa que está na minha frente.

EU VERDADEIRO

E, assim, chegamos do eu-externo ao Eu verdadeiro. Muitas vezes ouve-se a afirmação de que “dentro de cada um de nós está o verdadeiro eu: bom, sábio e poderoso”, como citado por pessoas

que fizeram a formação em práticas circulares. Esse Eu verdadeiro estaria em cada um e sua natureza sábia, gentil, justa, boa e poderosa não poderia ser destruída. Independentemente do passado de uma pessoa, de seus atos pretéritos e do que lhe teria acontecido, seu EU verdadeiro permaneceria tão bom, sábio e poderoso como no dia em que nasceu. Esse modelo pede uma distinção entre o fazer e o ser. Muitas vezes confundimos o que fazemos com o todo que somos; confundimos os papéis que desempenhamos e as emoções que sentimos com o nosso verdadeiro eu. Mas, a maneira como nos comportamos ou como nos sentimos não é o mesmo que nosso eu verdadeiro. O nosso eu verdadeiro pode não estar refletido em nossas ações e em nossos sentimentos (BOYES-WATSON, PRANIS, 2011).

Ainda há a necessidade de nos alertarmos para a confusão que fazemos entre os papéis e subpersonalidades que assumimos, principalmente ao longo da primeira infância, e que repetimos automaticamente na vida adulta para responder a experiências não tão positivas. Chama-se de falso eu, eu condicionado ou, ainda, eu limitado aquele que vê, pensa, age e reage por meio de programas mentais registrados anteriormente, ou seja, sem liberdade. Esses eus falsos vivem em estado inconsciente, como autômatos mecânicos, impossibilitando o acesso às demais qualidades inatas do Eu (CASARJIAN, 1995).

Enquanto pessoa adulta e também enquanto facilitador, pede-se habilidade para interromper o automatismo, mediante uma tomada de consciência sobre esse mecanismo instintivo, geralmente desenvolvido na infância como forma de sobrevivência, e que está levando a pessoa adulta a reagir com as características dessas respostas instintivas, como ansiedade, impaciência, raiva, ataque, fuga, por exemplo. Quando acessamos nosso EU verdadeiro, naturalmente conhecemos uma sabedoria maior - autoconfiança, fortaleza e paz interior, criatividade, compaixão e amor.

Essa introdução vai evidenciando que o Eu verdadeiro não se reduz à dimensão psicológica, pois parece que por de trás dela há algo mais eterno, amplo e inspirador que, segundo minha percepção, tem a ver com a dimensão espiritual, valendo lembrar que dimensão espiritual não se confunde com a espiritualidade de uma religião específica.

Como se sabe, ao longo da modernidade, tentou-se negar ou superar a dimensão espiritual; mas a verdade é que nós, seres humanos, sempre soubemos daquela dimensão do invisível, além do visível e além do racional; aquela dimensão que pertence à alma e ou ao espírito.

Quando afirmamos que a justiça restaurativa tem uma de suas origens na visão do mundo das primeiras nações, dos povos nativos, não seria também imperativo reencontrar a dimensão holística, na qual tudo é integrado, tudo é sagrado, e na qual a alma é tão verdade quanto o corpo físico?

Encontramos o sentido do Eu verdadeiro na mística das várias religiões. Nas últimas décadas, Thomas Merton², místico e monge católico, perseguiu esse Eu verdadeiro e o comunicou à sociedade ocidental de seu tempo. Como monge, na sua busca de Deus e de sua verdadeira identidade, ele postula que nosso maior medo da morte é o medo de estarmos diante do Criador e de nossa verdadeira identidade. Veremo-nos a nós mesmos como realmente somos e possivelmente isso poderia ser muito destoante e desconcertante em comparação com o que fomos (PERISSÉ, 2024).

Aqui é retomada a ideia do espelho como ferramenta capaz de refletir a luz, a figura, mas também os desejos, logros e enganos. Parece que para sermos nós mesmos, precisamos de alguém ou algo que nos mostre o que somos; é esse confronto que nos oferece a oportunidade de seguir sendo o que nos é mostrado, tornando-nos uma versão mais verdadeira de nós mesmos.

² Thomas Merton (1915- 1968) foi um monge trapista nos EUA, poeta, ativista social e estudioso de religiões comparadas e escritor de sucesso. Dentre as principais características de Thomas Merton pode-se citar sua defesa do pacifismo e ecumenismo.

Há em nós um instinto para a novidade, para a renovação, para a liberação do poder criativo. Buscamos despertar em nós uma força que realmente mude nossas vidas a partir de dentro. E, contudo, o mesmo instinto nos diz que essa mudança é uma recuperação daquilo que é mais profundo, mais original, mais pessoal em nós. Nascer de novo não é tornar-se uma outra pessoa, mas é ‘nos tornarmos nós mesmos (MERTON, apud Perissé, 2024, p.62)

E com a consciência de que a justiça restaurativa também se origina a partir da visão do mundo em que tudo é um, e tudo está interligado e encantado, apresento ainda uma expressão daquilo que somos de verdade, na percepção de Ailton Krenak (2020):

Então, quando alguém diz “eu sou terra”, “eu sou água”, essa pessoa não está pirando. “Eu sou água, eu sou terra, ar”, é verdade, é uma declaração do que a gente é. Se pegar essas coisinhas assim, cortar, botar ali e analisar, é isso mesmo. Eu não acreditaria se alguém chegasse pra mim e falasse assim “eu sou Marte, eu sou Júpiter”. (...) Nós somos essa experiência maravilhosa de verbalizar a vida na terra. Nós verbalizamos a vida na Terra! Como uma lagarta, como uma borboleta. Como uma formiga, como um desses que você abre a palmeira e puxa e tem um monte de corozinhos dentro, parecendo uns vermezinhos. Somos nós. Nós somos isso.

Então, enquanto facilitadora de justiça restaurativa, também sou convidada a me perceber e compreender que, num certo sentido, além de tudo mais, igualmente sou um pequeno vermezinho. Certamente, a essa percepção antecede um processo de autodesconstrução e reconstrução, processo somente possível com uma boa dose de humildade. Reconhecer-me, verme, reconhecer-me humus é saber que sou terra, disponível para me misturar com outra terra, aberta para receber sementes, muitas vezes desconhecidas e, ao mesmo tempo, desejosa por raízes que se cravam em mim.

ENRAIZAMENTO

E com isso chego ao conceito de enraizamento, que considero fator determinante para a conexão com o ser verdadeiro e, assim, ser capaz de se arriscar, abrindo mão de respostas preestabelecidas e preconcebidas.

Aprendemos com Paulo Freire que somente uma compreensão crítica em relação à própria vida possibilita criar novas formas de vida. Essa consciência somente poderá existir a partir do enraizamento em seu próprio mundo. A alienação é produzida pela negação das próprias raízes, negação essa que, em parte, é fruto de um processo colonizador e, conseqüentemente, de uma mente colonizada pelo contexto cultural e ideológico que atua como “sombra” introjetada na pessoa colonizada. O nascer de novo acima citado faz parte desse processo de volta à própria raiz.

Inspirados na pedagogia radical de Freire, podemos dizer que a justiça restaurativa, enraizada na história do povo do próprio lugar, é capaz de criar respostas inéditas, mesmo porque já passou por um processo de descolonização da mente e, assim, ultrapassou o perigo de burocratização e alienação sem assombro e sem perguntas.

Parafraseando FREIRE (1985), podemos afirmar que a presença do colonizador (o estado moderno com seus procedimentos burocratizados, sem face e sem coração) enquanto “sombra” na intimidade do colonizado (as pessoas que facilitam a justiça restaurativa assim como os protagonistas da situação conflitiva), é difícil de ser extrojetada. Parece o “Mito da Caverna” de Platão, o colonizado, muitas vezes, se conforma com uma vida sem reflexão, numa postura acrítica, porque tem medo de deixar a pseudo segurança da “sombra”, para enfrentar a luz da liberdade. Isso equivale a dizer que, uma vez expulsa a sombra do colonizador de sua intimidade, ele tem que se emancipar; em certo sentido, tem

que assumir a responsabilidade de sua própria vida, preencher o “espaço” com a sua liberdade, com a sua decisão, com a sua participação responsável na reinvenção da sua sociedade.

Também a filósofa francesa Simone Weil (2001, p.46-7) se debruçou sobre os perigos do desenraizamento, afirmando que

[...] é de longe a doença mais perigosa das sociedades humanas, pois multiplica-se a si mesma. Seres verdadeiramente desenraizados não têm senão dois comportamentos possíveis: ou caem numa inércia da alma quase equivalente à morte, (...) ou se jogam numa atividade que tende sempre a desenraizar, frequentemente pelos métodos mais violentos, aqueles que ainda não o estão ou não o estão, senão em parte. Quem é desenraizado desenraiza.

Uma possibilidade de fazer frente a essa doença é, nas palavras de Freire, a radicalização, uma vez que seu oposto é castrador, alienante e transforma a realidade numa falsa realidade que não pode ser mudada por ser “um obstáculo à emancipação das pessoas” (FREIRE, 2005. p. 26).

Seguindo o raciocínio de Freire, a radicalização seria sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. E, exatamente por estar profundamente enraizada na opção que as pessoas fizeram, pode ser libertadora. A radicalização ou o enraizamento engaja as pessoas, cada vez mais, no esforço de transformação da realidade concreta e objetiva, e busca respostas que desaceleram a violência - tanto a interpessoal como a do sistema.

Estamos falando de pessoas que optaram por oferecer o serviço de facilitar a transformação de situações conflitivas, situações em que há disputas e tensões. Assim sendo, quanto mais fortemente essas pessoas facilitadoras conseguirem fincar suas raízes na opção de transformar a realidade violenta, maior será sua resistência aos ventos contrários da opinião geral e da pressão do sistema para dar respostas preestabelecidas, objetificando ou coisificando situações, pessoas e relações, sem correr o risco de ser criativo, mas também sem possibilidade de atender os sujeitos em suas necessidades e sem tentativas de construir algo melhor.

Mas, como aguentar as contradições expostas e as consequentes tensões geradas na convivência com o sistema de justiça? A experiência mostra que, quanto mais estou em contato com minhas próprias contradições, isto é, quanto mais consciente delas, tanto maior minha capacidade de acolhê-las - as minhas e as dos outros. O enraizamento não pressupõe um ser humano perfeito, que não existe. Fomenta e fortalece um ser humano consciente de sua incompletude e de suas deficiências, um ser humano que busca crescer na entrega e no encontro com o outro e, assim, se fortalece para também transformar o sistema.

CUIDADO

Seguindo a reflexão sobre o conceito de enraizamento, como viabilidade de transformação da realidade concreta e objetiva, agora é hora de nos dirigirmos para os cuidados necessários ao bom atendimento restaurativo. Já falamos de muitos cuidados do facilitador, para consigo mesmo e para com as pessoas com quem interage, pois restaurar é essencialmente cuidar.

Contudo, ainda me falta abordar, brevemente, algumas questões estruturais que precisam fazer parte do pensar e do agir cuidadosamente de quem facilita situações conflitivas. Normalmente, ao se ampliar o olhar sobre a realidade, aparecem questões estruturais na raiz de muitos, se não de todos, os conflitos e violências.

Costuma-se falar de marcadores sociais de gênero, cor e raça. Uma abordagem mais ampliada ainda inclui origem cultural, religiosa, necessidades especiais, neurodivergências e habilidades linguísticas, uma vez que no Brasil são faladas mais de 250 línguas³.

São muitos os desafios. Como cuidar adequadamente dessas diversidades e construir espaços seguros? Como proporcionar um espaço seguro para uma mulher se o espaço for construído por um facilitador que ainda não repensou de forma crítica sua masculinidade? Como garantir um espaço seguro para uma pessoa negra sendo a facilitação exercida por uma pessoa branca que ainda não pensa sobre sua própria realidade? Como, enquanto facilitadora branca, tomar consciência dos privilégios da própria branquitude, seja por ação ou por omissão? Sem o aprofundamento destas questões espinhosas, sem questionamentos das narrativas hegemônicas, como se conectar empaticamente com a dor do outro? (CANTARELLI, CARVALHO, PASSOS, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim chego ao fim de meu percurso reflexivo sobre habilidades de pessoas que facilitam encontros restaurativos. Pretendi oferecer pistas, como um convite para observação, reflexão e cautela no que se refere ao autoconhecimento e à própria prática. O valor de cada tópico aqui apresentado - do tempo ao cuidado, das perguntas, do ambiente seguro à coragem de tocar a dor, do esvaziamento à ausência de julgamento, do Eu verdadeiro ao enraizamento - vai depender da relação dialética de cada um com o mundo e com seus interlocutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOYES-WATSON, Carolyn; KAY, Pranis. **No coração da esperança**: guia de práticas circulares. O uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis. Tradução: Fátima De Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011.

CANTARELLI, Vivane; CARVALHO, Lázara; PASSOS Ana Helena. O afeto é restaurativo? práticas antirracistas e crítica à branquitude na justiça restaurativa. In: **ORTH**, Glaucia Mayara Niedermeyer et al (Org.). **Diálogos sobre justiça restaurativa: reflexões entre GEJUR/ UEPG e CJR/OABSP**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2021. p.225-.242

CASARJIAN, Robert. **Houses of Healing**: A Prisoner's Guide to Inner Power and Freedom. Boston: The Lionheart Foundation, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001

HICKS, Donna. La dignidad en el perdón. Caminos hacia el desarrollo emocional. In: **Narváez**, Leonel (Editor). **Cultura Política de Perdón y Reconciliación**. Bogotá: Fundación para la reconciliación. 2009 p. 101-118.

KRENAK, Ailton. **Radicalmente vivos** - Ailton Krenak no SIM 2020. <https://olugar.org/ailton-krenak-sobre-como-adiar-o-fim-do-mundo/> Acesso: 15/10/2024

³Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/indl#:~:text=Estima%2Dse%20que%20mais%20de,Brasil%20como%20um%20pa%C3%ADs%20monol%C3%ADngue>. Acesso 25/10/2024

MORINEAU, Jacqueline. **L' esprit de la mediation**. Edition Érès:Toulouse. 2005.

MORINEAU, Jacqueline. **La mediation humaniste**. Un autre regard sur l'avenir. Edition Érès:Toulouse, 2016.

STRECK, Danilo R, REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Coordenação geral R. Streck. 4ª Ed.rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PERISSÉ, Nilson. **Thomas Merton e a teologia do verdadeiro eu**. Editora Vozes: Petrópolis, 2024.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. São Paulo, Edusc, 2001.